

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco  
ou o MME:**

**O Globo**

[Título: Embaixada, Não](#) ..... 2

[Título: Campanha do MDB vai apostar nas reformas](#) ..... 2

**Correio Braziliense**

[Título: Crescimento menor agrava problema fiscal](#) ..... 12

**Sumário**

|                                                                |           |
|----------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: O Globo</b>                                        | <b>2</b>  |
| Título: Embaixada, Não                                         | 2         |
| Título: Campanha do MDB vai apostar nas reformas               | 2         |
| Título: Onda dos royalties volta com o mesmo risco de ganância | 5         |
| Título: Porto do Açu quer ter sua própria refinaria            | 6         |
| Título: Dois em um                                             | 7         |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo</b>                           | <b>9</b>  |
| Título: Petrobrás estrutura nova captação de bônus             | 9         |
| Título: Itália vs Espanha                                      | 9         |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense</b>                            | <b>10</b> |
| Título: Pressão contra a Petrobras                             | 10        |
| Título: Acordo nos EUA                                         | 11        |

|                                                        |    |
|--------------------------------------------------------|----|
| Título: Crescimento menor agrava problema fiscal ..... | 12 |
| Título: Privatização da Cesp avança .....              | 17 |
| Título: Semana da “catimba” .....                      | 18 |

**VEÍCULO: O Globo**

**Seção: Economia**

**Autor: Lauro Jardim**

**Título: Embaixada, Não**

Em recente conversa privada, Geraldo Alckmin foi questionado se uma eventual aliança com o MDB teria como contrapartida a nomeação para embaixadas de alguns encalacrados graúdos do Planalto, como o trio Michel Temer, **Moreira Franco** e Eliseu Padilha

— dando-lhes, assim, foro privilegiado. Alckmin foi peremptório: nenhum dos três vira embaixador, caso vença em outubro.

ELEIÇÕES 2018

### **Puro sangue**

Foi do sociólogo Antonio Lavareda a ideia de uma chapa puro sangue tucana, que juntaria Geraldo Alckmin e João Doria, de vice. Lavareda fez diversas pesquisas qualitativas e chegou a essa conclusão, que não teve respaldo no PSDB.

### **Nariz torcido**

A propósito, Alckmin tem reservado a Doria conversas apenas protocolares.

**VEÍCULO: O Globo**

**Seção: O País**

**Autor: Marco Grillo**

**Título: Campanha do MDB vai apostar nas reformas**

Documento "Encontro com o futuro" defende mudança na Previdência e critica MP e Poder Judiciário

O discurso que o MDB vai reproduzir durante a campanha presidencial reúne ações que o governo de Michel Temer) conseguiu implementar, como o ajuste fiscal e a PEC do teto dos gastos, e fracassos políticos, a exemplo da reforma da Previdência. Ainda sem uma definição sobre o candidato à Presidência — o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles aparece como favorito —, o partido vai lançar, na terça-feira, o documento "Encontro com o futuro" e deve confirmar Meirelles como único pré-candidato da sigla. A peça, de 45 páginas, sustenta a importância do equilíbrio das contas públicas e propõe um aprofundamento na agenda reformista ao defender a redução das despesas obrigatórias da União.

O manual que servirá de base para a campanha foi elaborado pela Fundação Ulysses Guimarães, mantida pelo MDB e presidida pelo **Ministro De Minas e Energia, Moreira Franco**. É o terceiro documento de uma série que começou com a "Ponte para o futuro" em 2015, e teve "A travessia social" no ano seguinte. Há uma série de críticas à gestão da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), da qual os peemedebistas fizeram parte do início até momentos antes do impeachment. "Em 2016 (quando Temer assumiu a Presidência), começamos a agir em cima dos destroços que encontramos" diz um trecho.

Há também diversos elogios para resultados surgidos após a mudança implementada por Temer na política econômica, como a redução da taxa de juros para 6,5% e a inflação, que terminou 2017 em 2,95%. Sobre o desemprego, que continua subindo, o texto ressalva que "a recuperação do emprego nas economias atuais, por uma série de razões, é mais lenta que a recuperação do PIB (Produto Interno Bruto)". Sem recorrer a prazos, o documento afirma que, "em breve, o emprego começará a reagir de forma mais forte e os índices de pobreza começarão a recuar, encerrando este longo inverno recessivo". O manual emedebista diz que a reforma trabalhista, outra vitória do governo Temer, vai ajudar na recuperação dos postos de trabalho.

O documento avança na discussão sobre a questão orçamentária e sugere mudanças na lei ao citar que as despesas obrigatórias do governo — como gastos previdenciários, com a folha de pagamento e abono e seguro desemprego — podem chegar a 105% da receita líquida do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social).

"Para que o equilíbrio fiscal seja possível, será necessário, acima de qualquer outra medida, mudar as regras que determinam essas despesas (obrigatórias). Em especial as previdenciárias, que já representam mais da metade da despesa

primária e, também, as regras que regiam os custos do serviço público em geral" diz o documento.

Além da defesa da reforma da Previdência — agenda prioritária do governo Temer, mas implodida após as duas denúncias por corrupção passiva, organização criminosa e obstrução de Justiça chegarem à Câmara dos Deputados —, o texto traz reflexões sobre o tamanho do Estado. Os argumentos são favoráveis à presença do governo apenas em áreas essenciais, "para eliminar gastos desnecessários ou redundantes". O papel governamental seria fornecer o ambiente necessário para estimular a competição e atrair investimentos privados.

"O crescimento baseado no aumento da força de trabalho e na intervenção do Estado no setor produtivo se esgotou. A população começa a envelhecer rapidamente, e a capacidade fiscal dos governos está exaurida. O crescimento vai depender agora da iniciativa privada" afirma o texto.

#### "CAMINHO DE INCOMPREENSÕES"

Em um momento crítico, há uma referência à Constituição de 1988, que, segundo o texto, "manteve nas entrelinhas uma forte desconfiança com os possíveis excessos do Poder Executivo" em função de ter sido escrita ainda com uma lembrança forte da ditadura militar. A consequência, aponta o documento, foi a diminuição da força do Executivo e o "transbordamento da intervenção das instituições de controle, Tribunais de Contas, Ministério Público e Poder Judiciário, que frequentemente tornam-se instrumentos alternativos de governo"

"A diferença é a de que não se submetem, eles próprios, a qualquer espécie de controle nem se limitam por restrições fiscais. Este ambiente fragiliza o governo propriamente dito, inibe suas iniciativas e enfraquece sua capacidade de reação diante das exigências da vida real"

Em outro trecho, o documento põe a culpa do alto índice de reprovação de Temer, na casa de 70%, na resistência a mudanças, imposta pela "cultura e a política do país"

"Todo governo que ousa mudar e reformar sabe que seu caminho está cheio de incompreensões. Não podemos nunca nos esquecer de que o governo que provocou a crise, com seus erros, foi durante quase todo o tempo aprovado pela maioria da população, e que o governo que corrigiu aqueles erros, com resultados inequívocos, é reprovado pela maioria" cita o texto.

**VEÍCULO: O Globo****Seção: Editorial****Autor:****Título: Onda dos royalties volta com o mesmo risco de ganância**

Os atuais administradores de estados e municípios que recebem royalties provenientes da exploração de petróleo e gás já estão sendo beneficiados pelo grande aumento de receita decorrente da elevação da cotação do barril no mundo e do crescimento da produção da Petrobras. A coincidência dos dois fatores tem irrigado cofres dessas unidades da Federação ainda em meio à crise. É uma dívida numa fase de arrecadação tributária anêmica.

Os prognósticos para governadores e prefeitos a serem eleitos principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo são os melhores. A Petrobras, em 2017, aumentou a produção pelo quarto ano seguido, chegando a 2,65 milhões de barris diários, novo recorde. A programação de entrada em produção de plataformas garante novas quebras de marcas. E enquanto isso, por uma série de razões, inclusive geopolíticas (volta às sanções contra o Irã, por exemplo), a cotação do barril está em alta firme: subiu mais de 50% desde o ano passado e, na quinta, rompeu a barreira dos US\$ 80, o que não acontecia há quatro anos.

O jornal "Valor" trouxe dados sobre esta nova onda de royalties e levantou casos de aplicação deste dinheiro. No ano passado, o conjunto dos beneficiários de royalties e participações especiais, a receita derivada de poços de elevada produção (União, estados e municípios), recebeu R\$ 30,4 bilhões, quase o dobro do ano anterior. Os três grandes produtores têm sido bastante beneficiados {gráfico}.

O problema está, como já aconteceu no passado, no destino deste dinheiro. Por ser o petróleo um recurso finito, suas receitas precisam ser aplicadas de forma a permitir mudanças estruturais que garantam emprego e renda a essas regiões quando a exploração for encerrada. A Noruega se beneficiou bastante com o petróleo do Mar do Norte, porque seguiu esta estratégia.

O perigo que envolve receitas aparentemente fáceis como esta é o seu desperdício em gastos de custeio. A cidade fluminense de Maricá, por exemplo, segundo relatório fiscal do último bimestre do ano passado, entregue ao Tesouro Nacional, aumentou a despesa com pessoal em 30% sobre o mesmo período de 2016, para R\$ 300 milhões. Outros gastos correntes subiram 45% e, mesmo assim, o município saiu de um déficit de R\$ 94 milhões, em 2016, para um superávit de R\$ 25 milhões ano passado.

A administração de Maricá justifica que precisa de professores e fiscais, bem como de saneamento básico e abastecimento de água. Mas, a julgar pela primeira grande onda de royalties, quando o dinheiro farto foi para salários, aposentadorias e obras de fachada e secundárias, teme-se a repetição do erro. Cometido inclusive pelo Rio de Janeiro, onde benefícios previdenciários de altos burocratas foram privilegiados na gastança, engessando o custo fixo do estado, que foi obrigado a atrasar o salário e benefícios do funcionalismo, mas não desta elite. Ela conseguiu receber salários, aposentadorias e pensões por força judicial.

Não há apenas maus exemplos na gestão dos royalties. Mas o balanço é negativo. Já que estes estados e municípios voltam a ser premiados pela geologia, que tratem de gerir com responsabilidade os recursos, e que o poder público faça aplicar normas e regras para conter o desperdício deste dinheiro com prazo para acabar.

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** Economia

**Autor:** Bruno Rosa

**Título:** Porto do Açu quer ter sua própria refinaria

Sócio belga pretende elevar sua fatia no empreendimento em São João da Barra

O Porto do Açu, principal empreendimento privado do Rio de Janeiro na área portuária, localizado na cidade de São João da Barra, no Norte do Estado, quer ter sua própria refinaria de petróleo, que pode gerar bilhões de reais em novos investimentos. A busca já começou e conta com o apoio de seu principal sócio, o Porto de Antuérpia, na Bélgica, que já investiu US\$ 10 milhões no projeto, e quer elevar sua participação, hoje de apenas 1,76%.

A ideia do Porto do Açu nasceu na década passada pelas mãos do empresário Eike Batista. O Açu pertencia à LLX. Com a derrocada de Eike, a LLX se transformou em Prumo Logística, controlada pela americana EIG.

Em entrevista ao GLOBO, José Magela, presidente da Prumo Logística, e Marc Van Peel, presidente do Conselho de Administração do Porto de Antuérpia Internacional, dizem que a expansão do Açu vai começar pela indústria relacionada ao setor de óleo e gás. O Porto do Açu conta hoje com 11 empresas em operação. São 90 quilômetros quadrados de área industrial integrada. Desse espaço, 80 quilômetros quadrados estão livres.

— O Açu tem potencial. Vamos fazer todos os esforços para tentar atrair outras indústrias. Vamos começar pelas refinarias — disse Peel.

Magela lembrou que a ideia de atrair uma refinaria ocorre em um momento em que a Petrobras está justamente desinvestindo no segmento, o que pode atrair novos investidores.

— A indústria de óleo e gás está entrando em uma nova fase. Imagina o investimento que vai vir com o desenvolvimento das novas áreas da Bacia de Campos. O Açu está em frente a essa área.

Ele destacou, no entanto, a concorrência com o Comperj, em Itaboraí: — O Comperj é complementar e vai preencher apenas parte da demanda por combustíveis.

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** Colunas

**Autor:** Miriam Leitão

**Título:** Dois em um

Com Marcelo Loureiro

Neste maio o presidente Michel Temer completou dois anos de governo e um ano desde que sua administração perdeu o rumo. Tem sido, desde o começo, um governo com dois lados e dois momentos, partido ao meio. Ele acertou em alguns pontos na economia e errou em várias outras áreas. Em certos casos, uma decisão anulou o benefício de outra e minou o próprio sucesso. Um caso para os psicólogos.

Logo ao assumir, ele suspendeu a construção da hidrelétrica de Tapajós. Parecia ter entendido que as usinas agressivas ao meio ambiente na Amazônia, como Belo Monte, exigem precaução. Em seguida, reduziu a área de proteção da preciosa floresta de Jamanxin. Quis acabar com a Renca. Agora tenta emplacar um ruralista no ICMBio. Não houve naquela primeira decisão sobre Tapajós um pingo de consciência ambiental, era apenas oportunismo político porque a ex-presidente Dilma estava muito vinculada aos polêmicos projetos das hidrelétricas.

Na Petrobras, o centro do escândalo de corrupção, o presidente Temer escolheu um administrador que nenhum headhunter colocaria defeito. Pedro Parente nomeou sua própria diretoria. A estatal tem constituído de forma independente e técnica seu conselho de administração. O resultado positivo disso está em vários indicadores da empresa, que havia sido jogada no fundo do poço. Seu governo aprovou o projeto de nova lei das estatais que impede a nomeação política. Estaria ele querendo modernizar a gestão das estatais? Não. Aí entrou

o outro lado de Temer. Ele próprio fez nomeações políticas, que feriam a lei que aprovara, para algumas empresas públicas e órgãos reguladores.

Na economia, Temer escalou um time qualificado e com boa reputação. A resposta apareceu nos indicadores. O PIB estava no mais baixo ponto quando ele assumiu. No segundo

trimestre de 2016, a recessão estava no auge. Em quatro trimestres registrava uma contração recorde de 4,8%. A inflação estava em 9,5%. Era o resultado da desastrosa política econômica do primeiro governo Dilma. O país agora cresce pouco, mas saiu da recessão, a inflação foi contida e, por isso, os juros puderam cair ao mais baixo nível da história. Temer permaneceu, contudo, fazendo uma coisa e seu contrário. Defendeu o ajuste fiscal, mas iniciou o governo

dando aumentos salariais para os funcionários até 2019. Aprovou o teto de gastos e fez sucessivas concessões de alto custo fiscal aos ruralistas. Ele dá um sinal geral de contenção de gastos, e cria pressão de despesas de má qualidade.

O governo Temer, além de dois lados, tem também dois tempos. A marca divisória ficou registrada no calendário. A partir do dia, há um ano, em que este jornal divulgou a delação de Joesley Batista, Temer passou a agir sem qualquer limite para se manter no cargo. Para derrotar no Congresso as denúncias da Procuradoria-Geral da República, seu governo fez acordos com diversos lobbies e enterrou o plano de ser um mandato reformista.

Defendeu a modernização do mercado de trabalho e disse que isso estaria na proposta de reforma, enquanto por portaria tentava proibir a divulgação da lista dos que praticam trabalho escravo. O novo e o inaceitável estão dentro da mesma reforma: ela permite que trabalhador que se demite possa sacar parte do Fundo de Garantia, e autoriza o trabalho de grávidas em ambiente insalubre. Aprovou uma mudança fundamental no BNDES, a TLP, que reduzirá o enorme custo dos empréstimos subsidiados, ao mesmo tempo em que conspirava na noite do Jaburu com aquele que foi um dos maiores predadores do BNDES nos governos do PT, o grupo JBS.

Temer deixará um balanço ambíguo dos seus 31 meses. Foi ainda pior que Dilma em relação ao meio ambiente, uma tarefa árdua. Liberou R\$ 40 bilhões para os donos das contas do INSS e melhorou alguns gastos combatendo fraudes no Bolsa Família e no auxílio-doença. Blindou a Petrobras, deu autonomia ao Banco Central e apoiou uma equipe defensora da austeridade. Afundou o fosso moral no qual o governo brasileiro entrou. Dividido entre os dois lados de si mesmo, e entre os dois tempos políticos, ora médico, ora monstro, Temer viverá seus últimos meses acuado no Palácio, cercado por um mar de impopularidade.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Colunas****Autor: Aline Bronzati Cynthia Decloedt Fernanda Guimarães****Título: Petrobrás estrutura nova captação de bônus**

### Coluna do Broadcast

A Petrobrás trabalha em uma nova captação no exterior por meio de emissão de bônus, com intenção de colocar a operação no mercado até junho, para aproveitar o período com maior chance de custo melhor. Como ainda está em fase de preparação, detalhes sobre montante e prazos não estão completamente definidos. Também, o lançamento de novos bônus dependerá das condições do mercado externo daqui até lá, especialmente do patamar do juro norte-americano que baliza o preço da captação, e do cenário local, que tende cada vez mais a ser influenciado pelas eleições presidenciais. A estatal continua focada na redução da pressão de liquidez de curto prazo, ainda que já tenha feito um bom trabalho nesse sentido. Procurada, a Petrobrás não comentou o assunto.

### » Peso pesado.

A Petrobrás é um dos principais emissores da América Latina e com forte presença, portanto, na carteira dos grandes investidores globais. Sua ida mais recente ao mercado de bônus foi em janeiro, quando levantou US\$ 2 bilhões, com vencimento em 2029.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Economia****Autor: Sonia Racy****Título: Itália vs Espanha**

### Direto da Fonte

A disputa pela Eletropaulo - em que a Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, briga com a Enel, estatal italiana - é só um dos embates entre Espanha e Itália no setor de energia.

Na Europa, eletricitários da Endesa - empresa da Enel -escolheram a embaixada da Itália em Madri como palco de protesto. Motivo: o quadro de funcionários caiu de 26 mil para menos de 10 mil empregados.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Rosana Hessel**Título:** Pressão contra a Petrobras

O Banco Santander aderiu à ação conjunta dos acionistas minoritários contra a Petrobras na Câmara de Arbitragem do Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), encabeçada pelo escritório do advogado Modesto Carvalhosa. O movimento do terceiro maior banco privado do país acompanha o de outras instituições financeiras de peso que aproveitam o embalo do acordo feito pela Petrobras com os credores da companhia nos Estados Unidos, em janeiro deste ano, que visa ressarcir os investidores pelas perdas sofridas devido ao esquema de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato.

Baseados no princípio da isonomia, previsto na Constituição Federal, os investidores nacionais reivindicam o mesmo tratamento dado aos estrangeiros. Com isso, clientes que possuem aplicações em fundos de ações da Petrobras geridos pelo Santander começaram a receber uma carta do banco contando que a instituição decidiu aderir ao processo de Carvalhosa contra a estatal, sob a alegação de que a empresa “violou o dever de informação aos investidores”.

Um documento com data de 25 de abril, ao qual a reportagem do Correio teve acesso, que chegou nesta semana a um dos clientes, diz que “a responsabilidade do administrador é exercer as suas atividades, buscando sempre as melhores condições para os fundos, diligenciando para que sejam exercidos todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do fundo, atuando sempre com lealdade em relação aos cotistas”. Além disso, o texto afirma que, “por ora”, não há necessidade de nenhuma ação individual por parte dos cotistas”. Procurada, a assessoria do Santander não comentou o assunto nem a carta.

#### Adesões crescentes

O escritório de Carvalhosa deu entrada no procedimento de arbitragem contra a Petrobras na B3 em setembro de 2017, questionando a publicação de informações falsas da estatal. Como se trata de um processo complexo, a expectativa é de que uma decisão saia apenas no fim de 2019. Desde a abertura do processo, o escritório vem recebendo adesões, que cresceram em ritmo mais forte após o acordo firmado pela Petrobras nos EUA em janeiro. O grupo que está pedindo indenizações da Petrobras junto à Câmara de Arbitragem da B3 já chega a 1,5 mil instituições.

Na avaliação de uma fonte próxima aos investidores que acionam a estatal na B3, o processo vai ajudar a trazer mais confiabilidade ao mercado acionário

nacional, porque reivindica que investidores brasileiros sejam indenizados da mesma forma que os estrangeiros, ou seja, a aplicação do princípio da isonomia processual para qualquer tipo de acionista, previsto na Constituição.

A expectativa desses investidores é de que, no mínimo, a petrolífera pague um valor semelhante ao que acertou com os detentores de American Depositary Receipts (ADRs) da estatal nos EUA, de US\$ 2,95 bilhões, o que pelo valor do câmbio atual equivale a R\$ 11 bilhões.

A participação dos detentores de ADRs da estatal é de 16,8% do capital social, enquanto a dos minoritários é de 15,8%, um percentual parecido. Mas, como nem todos os acionistas ou fundos mantiveram suas posições ao longo dos últimos anos, principalmente, quando o papel se desvalorizou muito, antes da mudança de comando da estatal com o novo governo, um analista de mercado explica que é difícil quantificar se a indenização será parecida, porque é necessário calcular as perdas caso a caso, o que é bastante complexo. No entanto, a ação conjunta, avisa, surtirá efeito no preço do papel da estatal. “Não há dúvidas de que as ações da Petrobras podem sofrer uma desvalorização se o valor que ela tiver que pagar pela indenização for muito elevado”, alerta o operador.

Além do Santander, o processo de Carvalhosa contra a Petrobras na B3 já ganhou a adesão de bancos de peso, como Bradesco e Itaú, e de praticamente todos os fundos que possuem ações da estatal em carteira, conforme mostram os comunicados feitos pelas instituições ao mercado e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). É caso do Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, e do Previc, dos empregados do Banco do Brasil, e da Funcef, da Caixa Econômica Federal. Procurados, a Petrobras, o escritório de Modesto Carvalhosa e a B3 não comentaram o assunto, alegando que o procedimento arbitral tramita “sob sigilo”.

R\$ 11

*bilhõesValor a que pode chegar a indenização pretendida pelos investidores*

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Economia

**Autor:** Rosana Hessel

**Título:** Acordo nos EUA

Em janeiro deste ano, a Petrobras informou que fechou o acordo com credores nos EUA na corte federal de Nova York com o objetivo de encerrar as ações

contra a companhia na Justiça norte-americana devido às perdas com o escândalo da Lava-Jato. A empresa pagará aos investidores US\$ 2,95 bilhões, em três parcelas, sendo que a última vencerá em janeiro de 2019. A estatal também informou que provisionou o valor total do acordo no balanço do quarto trimestre de 2017 e negou qualquer responsabilidade sobre atos irregulares revelados pela operação da Polícia Federal.

Quando divulgou o balanço de 2017, em março, a companhia destacou que teria alcançado um lucro líquido de R\$ 7,1 bilhões, mas que “despesas extraordinárias, especialmente o acordo de R\$ 11,2 bilhões para encerramento da ação coletiva de investidores nos Estados Unidos (class action) e a adesão a programas de regularização de débitos federais, que somaram R\$ 10,4 bilhões, tiveram impacto significativo no resultado”. No quarto trimestre de 2017, a estatal registrou prejuízo líquido de R\$ 5,4 bilhões. Nos primeiros três meses de 2018, a companhia lucrou R\$ 6,9 bilhões, principalmente, em função de receitas extraordinárias, uma vez que a produção praticamente ficou estável na comparação com o mesmo período de 2017.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Economia

**Autor:** Rosana Hessel

**Título:** Crescimento menor agrava problema fiscal

A redução das expectativas de crescimento neste ano vai criar mais um problema para a equipe econômica administrar. Com a economia em ritmo mais lento do que o projetado inicialmente, a arrecadação tributária também será menor, o que tende a agravar a situação já precária das contas públicas. Por esse motivo, é provável que no próximo dia 22, quando os ministérios da Fazenda e do Planejamento divulgarão um novo relatório de receitas e despesas, seja anunciado também mais um contingenciamento das verbas do Orçamento de 2018.

Pelas contas de um analista da Esplanada dos Ministérios, cada 1% que é cortado das projeções de alta do Produto Interno Bruto (PIB) provoca um buraco de aproximadamente R\$ 12 bilhões na receita de impostos, que precisa ser coberto por novas fontes de recursos ou com corte de despesas. E as previsões de crescimento da atividade econômica vêm se reduzindo a cada semana. A expectativa de mercado é atualmente de 2,5%, mas deve cair para algo mais próximo de 2% na próxima edição do Boletim Focus, publicado pelo Banco Central.

Devido aos indicadores que vieram abaixo das expectativas no primeiro trimestre, o governo deve revisar os parâmetros macroeconômicos que utiliza

nas suas contas, o que inclui uma diminuição da expectativa de crescimento do PIB. No início do ano, a estimativa oficial era de alta de 3%, mas essa projeção não é mais sustentável, devendo cair para perto de 2,5%.

No último relatório, divulgado em março, o governo já havia ampliado de R\$ 16,2 bilhões para R\$ 18,2 bilhões o contingenciamento do Orçamento deste ano, visando cumprir a meta fiscal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que permite um deficit primário de até R\$ 159 bilhões nas contas do governo federal. Logo, não há espaço para aumento de despesa, e, muito menos, para redução de receita. A princípio, as autoridades têm sinalizado que pretendem cumprir a meta integralmente ou, pelo menos, ficar com um saldo negativo de R\$ 157 bilhões, o que será uma piora nas contas da União, que fecharam com deficit primário de R\$ 124,6 bilhões em 2017.

No novo relatório bimestral, o governo contabilizará a receita extra de R\$ 7,5 bilhões do último leilão de concessão de petróleo e gás, realizado em março, que superou largamente as expectativas, que não passavam de R\$ 500 milhões. Isso poderá minimizar as chances de um contingenciamento maior do que o atual. Mas outro problema está a caminho. Na última sexta-feira, **o Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, disse que o governo estuda a redução de impostos sobre a gasolina, que não para de subir por conta da alta do petróleo e do dólar. Essa medida pode agravar ainda mais as contas públicas.

Conforme levantamento feito pela Instituição Fiscal Independente (IFI), 65% do aumento de R\$ 16,6 bilhões na receita bruta no primeiro trimestre do ano foi resultado de fatores não recorrentes. O PIS-Cofins sobre combustíveis representou 22% desse montante e o parcelamento do Refis, 59%. “Se o governo começar a cortar imposto, vai comprometer mais ainda o quadro fiscal. Rever a carga tributária será necessário no futuro, mas não é agora”, afirma o economista e ex-diretor do Banco Central Carlos Eduardo de Freitas. “Não faz sentido reduzir tributos agora porque a economia não está crescendo devido à falta de demanda e às incertezas políticas, que está travando o investimento”, acrescenta.

## Descompasso

*Projeções do governo sobre desempenho da economia são mais otimistas do que as do mercado*

## Estimativas oficiais

| Item | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|------|------|------|------|------|
|------|------|------|------|------|

|                                 |       |         |         |         |
|---------------------------------|-------|---------|---------|---------|
| Variação do PIB (em %)          | 3,0   | 3,0     | 2,4     | 2,3     |
| IPCA (em %)                     | 3,6   | 4,2     | 4,0     | 4,0     |
| Dívida pública bruta (% do PIB) | 75,5  | 77,7    | 79,7    | 81,1    |
| Câmbio (US\$/R\$)               | 3,30  | 3,30    | 3,40    | 3,50    |
| Salário mínimo (R\$)            | 954,0 | 1.002,0 | 1.076,0 | 1.153,0 |

## Previsões do mercado

| Item                            | 2018   | 2019   | 2020   | 2021   |
|---------------------------------|--------|--------|--------|--------|
| Variação do PIB (em %)          | 2,5*   | 2,5**  | 2,2**  | 2,2**  |
| IPCA (em %)                     | 3,45*  | 4,0*   | 4,1*** | 4,2*** |
| Dívida pública bruta (% do PIB) | 87,3** | 90,2** | 92,7** | 94,6** |

\*Focus/BC

\*\* FMI

\*\*\* IFI/Senado Federal

## Coisas mal contadas

A história do dólar para o alto e economia para baixo se repete a cada ciclo de eleições gerais no Brasil, e isso raramente tem a ver com incertezas políticas e causas externas, os vilões habituais segundo os analistas (ou seriam relações públicas?) do tal mercado.

Incerteza é regra em qualquer democracia, tal como a volatilidade do mercado financeiro e de capitais ou não seriam mercados livres.

Eleições não estremecem a economia nas democracias bem-sucedidas e a moeda local não fica anêmica frente ao dólar. Mas pode acontecer.

Só que, se uma eleição desordena a economia, isso se deve a causas reais antecedentes, não a expectativas. Ou bem a economia é sólida (ou assim é percebida) e aguenta desaforos, como o enorme corte de impostos nos EUA apesar do brutal deficit duplo, fiscal e externo, ou está sustentada por pilastras de gesso.

É o caso da Argentina e da Turquia, cujas economias reagiram mal à modesta alta da taxa básica de juros nos EUA. Mas tal seria o caso do Brasil? Com a inflação em 12 meses muito abaixo da meta, crédito trancado, desemprego elevado, economia fraquejando, deficit externo comportado, reservas de divisas parrudas, US\$ 380 bilhões, por que a depreciação cambial preocupa? Por que pressa? Qual a ziquizira?

Ficou a estranha sensação de que, entre seguir azeitando a roda da atividade econômica sem tração, com 27 milhões de desempregados e subempregados, e

os receios quanto ao reflexo das eleições sobre as contas fiscais (cujo deficit recorrente alimenta a dívida pública) o Banco Central preferiu pagar para ver o resultado das urnas.

Já desinflou a Selic de forma inédita, trazendo-a de 14,25% ao ano em setembro de 2016 (com inflação em 12 meses de 8,48%) para 6,50% (e inflação anual de 2,76%). A Selic recuou 7,75 pontos percentuais no período e a inflação, 5,72 pontos, o que significa que a taxa de juro básica deflacionada cedeu menos, só 1,7 ponto de percentagem.

Não se despreza o trabalho do BC. A credibilidade da diretoria sob a chefia de Ilan Goldfajn é amplamente reconhecida. Mas, nem a Selic está em consonância com o ritmo excessivamente frio da economia nem induziu a baixa do custo do crédito, que continua caro e seletivo.

Dólar forte como álibi

O que o dólar tem a ver com isso? Pois é. Não seria improvável que o BC tenha se valido da depreciação cambial como álibi para não ter de falar de algo muito mais delicado e mal resolvido: o deficit das contas fiscais do governo e seu impacto sobre o giro dos títulos de dívida do Tesouro, cujo custo é referenciado pela taxa Selic.

Nenhum país é imune a trancos cambiais. Mas essa não é a questão. A pergunta relevante é o motivo de o Banco Central se alarmar com a valorização do dólar de 12% em relação ao real este ano e, alegando “reversão” do bom cenário externo para economias emergentes, manter a Selic em 6,50% na última reunião do Copom. Ficou sem sentido.

Esperava-se outro corte, para 6,25%, que seria o último até o fim de 2018. O presidente do BC acenou com isso dias atrás, em sintonia com as bases do regime de meta da inflação. Se cresce, os juros vão atrás; se desinfla e os fatores que a condicionam estiverem fracos, alivia-se o arrocho até que a taxa básica, vulgo Selic, devolva a inflação ao intervalo entre o piso da meta (3%) e seu ponto central (4,50%).

O contexto não convence

Ora, a inflação em 12 meses acumula alta de apenas 2,76%. Não há, também, maiores riscos, já que a economia brasileira é uma das mais fechadas do mundo a importações, o canal direto para os repasses de custo devido ao dólar mais caro. O próprio BC pareceu confuso.

A nota explicativa da decisão diz que, com Selic de 6,50% e câmbio de R\$ 3,60 por dólar (média dos cinco dias anteriores à reunião do Copom), a tendência é de que a inflação feche ao redor de 4% este ano e em 2019 (quando a meta será

de 4,25%). A ser isso, foi nonsense deixar a Selic estacionada com a economia a meio pau, sem inflação e desemprego alto, como diz o BC, no “cenário relevante de tempo”.

Como um elefante biruta

É na intersecção entre a gestão da política monetária pelo BC e da dívida pelo Tesouro Nacional, ambos sentindo o bafo no cangote dos operadores do mercado de títulos, que deve estar o que a lógica não explica. Volta-se sempre ao mesmo ponto: Tesouro federal endividado e governo desarvorado comprometendo a soberania monetária do país.

Como parte do dinheiro que irriga o papelório do Tesouro é errante e vem de fora, dê-lhe juro para não tomar outro rumo, como os EUA, que voltaram a adubar o ‘capinancismo’. Mas o dólar não é o vilão e, sim, o financiamento do Tesouro — e ainda há candidato que dá de ombros ao furo da Previdência, aos abusos salariais da burocracia, ao bolsa-empresário e outros disparates. E o que virá?

O dólar vai seguir forte e os cenários da inflação serão revistos, puxando os preços. Um elefante biruta não faria melhor.

Janet Yellen sem censura

A volta do BC temeroso reforça a tese de que a política monetária não faz milagre, que câmbio não é Viagra para empresas acomodadas e não há nota de rodapé na obra de Keynes que valide endividamento de 87% do PIB (na conta do FMI) com deficit fiscal de 7% do PIB e ônus de juros da ordem de 7% a 8% do PIB todos os anos (contra menos de 2% do PIB nos EUA) ou mais de R\$ 500 bilhões. Não pode dar certo.

O provincianismo das ideias e a aversão a assimilar o novo estão entre nossos maiores problemas. Nesta semana, em Nova York, durante palestra a convidados do Banco Itaú, a ex-presidente do Fed Janet Yellen questionou a relação entre política monetária e inflação.

É o que dizem há tempos os economistas André Lara Resende e John Cochrane, de Stanford, chocando a ortodoxia no Brasil. Tais coisas, além de progressistas que apoiam privilégios de classe, professores prisioneiros de ideologias, sindicalistas que defendem mordomias — tudo isso explica nossa pobreza mental, cultural, moral e real.

*BC mantém a Selic a pretexto da alta do dólar, apesar da inflação anêmica e da economia sem tração*

**VEÍCULO: Correio Braziliense****Seção: Economia****Autor: Rosana Hessel****Título: Privatização da Cesp avança**

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região derrubou liminar que suspendia o processo de renovação do contrato de concessão da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera. Com a decisão, o governo de São Paulo fica livre para retomar o processo de privatização da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), concessionária da usina. O governo paulista dependia da aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) à minuta do novo contrato de concessão da usina para poder publicar o edital do leilão da Cesp. Sem Porto Primavera, a venda da companhia dificilmente encontraria interessados.

A liminar, contra a qual a Cesp havia recorrido, determinava a suspensão do processo de renovação do contrato de concessão da hidrelétrica até a realização de, no mínimo, uma audiência pública presencial no município de Rosana, onde está localizada a sede da usina. Na decisão, o desembargador Marcelo Saraiva, do TRF, reforça a justificativa da Cesp de que, após o processo de privatização ter sido retomado, uma nova audiência pública foi realizada na capital do estado, em fevereiro.

“Faz-se oportuno atentar que a legislação não disciplina o número de audiências públicas que devem ser realizadas, nem tampouco a sua duração ou, ainda, o seu formato, havendo, em tese, liberdade de ação administrativa dentro dos limites legais”, afirma o desembargador, na sentença.

#### Transparência

De acordo com Saraiva, a realização de ao menos uma audiência pública em Rosana seria “salutar”, mas “não se pode olvidar que não é permitido ao Judiciário pronunciar-se sobre o mérito administrativo, tal como parece almejar os autores populares”. “No mais, cumpre levar em conta que a simples demora na renovação da concessão da Cesp, na forma como determinada pela decisão agravada, atrasará consideravelmente a análise regulatória da renovação da concessão, a ser realizada no âmbito da Aneel”, destaca.

O desembargador afirma ainda que a extensão do contrato de concessão da UHE Porto Primavera por 30 anos geraria mais renda ao governo do estado de São Paulo, e que há um cronograma de privatização a ser seguido. “Diante do exposto, defiro a antecipação da tutela recursal para suspender a decisão agravada, de maneira que o processo de renovação do contrato de concessão da UHE Primavera tenha imediato e regular prosseguimento”, escreveu o

desembargador.

O novo presidente da Cesp, Laurence Casagrande Lourenço, disse na semana passada que, no caso de uma decisão favorável, o assunto entraria na sequência na pauta da diretoria da Aneel, cujas reuniões ocorrem às terças-feiras. Uma vez aprovada a minuta do contrato, o executivo indicou que o governo paulista levaria até duas semanas para publicar o edital de venda das ações detidas pelo estado, já que o assunto ainda precisa ser aprovado em definitivo no comitê no Programa Estadual de Desestatização (PED). “Não tomaria mais do que uma semana, no máximo duas”, disse, salientando que o edital está praticamente pronto.

### **Interesse**

A concessão de Porto Primavera vence em 2028, mas, com a privatização, ela será estendida por mais 20 anos, até 2048. Para isso, será cobrada uma outorga pela União da ordem de R\$ 1 bilhão. No ano passado, o governo de São Paulo suspendeu uma tentativa de privatização da Cesp por falta de interessados. O principal motivo foi justamente o curto prazo restante de concessão de Porto Primavera.

Segundo analistas do mercado de energia elétrica, o leilão da Cesp deve atrair diversos players do setor, além de grandes grupos financeiros. A estatal paulista tem atraído cada vez mais a atenção de investidores devido aos problemas enfrentados pelo governo federal para encaminhar a privatização da Eletrobrás.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Política

**Autor:** Denise Rothenburg

**Título:** Semana da “catimba”

Não é pequeno o número de deputados da base aliada que não deseja votar o projeto da Eletrobrás — a capitalização (como prefere o governo), ou a privatização (como diz a oposição). A estratégia é aproveitar a marcha dos prefeitos para não dar quórum ou mudar a pauta. Como o prazo é 1º de junho e na semana seguinte tem o feriado de Corpus Christi, há quem diga que já era.

**MME / ASCOM .**